

TÊXTIL RENAUXVIEW S/A
CNPJ/MF: 82.982.075/0001-80
NIRE: 4230000949-1
Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos de algodão. Suas ações são negociadas na Bovespa sob os códigos TXRX3 e TXRX4. Está sediada na cidade de Brusque-SC na Rua do Centenário nº 215.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade em relação às normas IFRS e às normas do CPC

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

b) Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 20 de março de 2018.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas financeiras adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 19 – Provisão para contingências

Nota 26 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e sua controlada Renauxview Ltda., onde o investimento corresponde a 99,99% (99,99% - 2016).

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

i) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, descontadas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, com exceção dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa nº 9.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa:

- i) Caixa e bancos conta movimento:** incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor;
- ii) Aplicações financeiras:** estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras e referem-se a aplicações em renda fixa.

e) Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A estimativa de perdas para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela Administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos. O saldo de contas a receber de clientes ainda está líquido do ajuste a valor presente.

f) Estoques

Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os custos gerais de fabricação. A Administração não tem expectativa de perda sobre os valores de estoques.

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando existentes. Nos casos em que houve reavaliações, estão mantidas.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de ganhos de capital no resultado.

ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Ativo intangível

i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia possui somente softwares como ativos intangíveis. Todos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre con-

dições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de estimativa de perdas contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receita operacional - venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre atrasos de recebíveis, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção também são contabilizados no resultado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

n) Apresentação dos segmentos operacionais

As informações avaliadas pelo principal tomador de decisões operacionais são baseadas na atividade principal da Companhia, que é operação de tecelagem e beneficiamento de tecidos planos. Desta forma, o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões é consistente com as demonstrações financeiras, uma vez que existe um único segmento operacional. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho é a Administração da Companhia e o Conselho de Administração, responsáveis inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

4. NORMAS, INTERPRETAÇÕES E REVISÕES DE NORMAS NÃO VIGENTES PARA O ANO DE 2017

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB:

a) Normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009 - introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros.
- IFRS 15, "Receitas de contratos com clientes", emitido em maio de 2014 - tem como objetivo estabelecer os princípios que uma Companhia deve aplicar para relatar informações correspondentes à natureza, quantidade, tempo e estimativas da receita e fluxos de caixas decorrentes de um contrato com cliente.

b) Norma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16, "Arrendamento", emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial.

A Companhia fez uma avaliação preliminar e não espera impactos nas posições patrimoniais e de resultados por conta da aplicação das novas normas. Eventuais impactos, embora não esperados, deverão ser tratados prospectivamente na abordagem de transição.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	7	12	7	12
Bancos conta movimento	10	60	76	254
Aplicações financeiras	5	72	5	72
TOTAL	22	144	88	338

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Controladora e Consolidado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Clientes	28.548	27.152
(-) Provisão para perdas	(9.238)	(9.593)
(-) Ajuste a valor presente	(200)	(348)
TOTAL	19.110	17.211

7. ESTOQUES

a) Controladora e Consolidado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Produtos acabados	11.483	12.246
Produtos em elaboração	7.978	6.830
Materiais diretos	4.105	4.710
Materiais de consumo	2.738	4.144
Importação em Andamento	1.470	370
TOTAL	27.774	28.300

A administração da Companhia não tem expectativa de perdas sobre os saldos finais de estoques. As perdas esperadas já foram reconhecidas no resultado do exercício.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

a) Circulante

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IPI	10	14	10	14
ICMS	188	254	188	254
PIS/COFINS	145	131	145	131
IRPJ/CSLL	-	-	-	17
TOTAL	343	399	343	416

b) Não circulante – Controladora e Consolidado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
COFINS (multa)	549	775
PIS/COFINS	750	859
ICMS	242	383
TOTAL	1.541	2.017

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Ativo não circulante

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Marinha Mercante	295	295	295	295
Processos trabalhistas	136	95	136	95
IRPJ	-	-	26	26
Outros	33	18	34	18
TOTAL	464	408	491	434

b) Passivo não circulante – Controladora e Consolidado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Processos trabalhistas	136	96
TOTAL	136	96

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia mantém também débitos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL constituídos sobre os ajustes de avaliação patrimonial (AAP) sobre itens do imobilizado.

Desta forma, seguindo o que regulamenta o CPC 32, parágrafo 74, item b, número ii, a Companhia está apresentando estes valores pelo seu valor líquido de realização (tributos diferidos ativos (-) tributos diferidos passivos), em função dos mesmos estarem relacionados com tributos sobre o lucro gerados pela mesma autoridade tributária. Em 31 de dezembro de 2017, a situação na Controladora era a seguinte:

	2017	2016
a) Tributos diferidos ATIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	591	659
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	213	237
SUBTOTAL	804	896
b) Tributos diferidos PASSIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(591)	(659)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(213)	(237)
SUBTOTAL	(804)	(896)
LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO	0	0

Em 2017 foram reconhecidos no resultado da Controladora o montante de (R\$ 92) referente despesa com tributos diferidos em função da baixa por expectativa de realização. A Controlada também possui valores contabilizados como tributos diferidos passivos. 31 de dezembro de 2017, a situação **Consolidada** da Companhia era a seguinte:

	2017	2016
a) Tributos diferidos ATIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	591	659
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	213	237
SUBTOTAL	804	896
b) Tributos diferidos PASSIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(887)	(955)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(320)	(344)
SUBTOTAL	(1.207)	(1.299)
LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO	(403)	(403)

11. ATIVOS NÃO DE USO PRÓPRIO – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Em função de decisões estratégicas relacionadas a melhorar a capacidade produtiva da Companhia, ao longo do tempo algumas máquinas e equipamentos são desativados na produção e disponibilizados para venda. Em 31 de dezembro de 2017 (Controladora e Consolidado), perfaziam o montante de R\$ 3.900 mil (31/12/2016 – R\$ 3.920 mil).

12. INVESTIMENTOS

a) Participação em controlada: Renauxview Ltda.

Quantidade Cotas Possuídas		Porcentagem de Participação		No Patrimônio Líquido		Participação no Resultado	
2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
99.998	99.998	99,99	99,99	645	522	123	81

b) Saldos e transações com controlada: Renauxview Ltda

As demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

<u>Direitos</u>		<u>Obrigações</u>	
2017	2016	2017	2016
1.079	1.349	-	-

<u>Receitas</u>		<u>Despesas</u>	
2017	2016	2017	2016
-	-	300	270

As transações com a Renauxview Ltda. referem-se à prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade.

13. IMOBILIZADO

A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

	Controladora				Consolidado	
	2017		2016		2017	2016
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	54.027	-	54.027	52.005	56.076	54.054
Imóveis	33.036	(1.581)	31.455	31.569	31.455	31.569
Máquinas de Grande Porte	74.134	(43.861)	30.273	33.187	30.273	33.187
Veículos	1.038	(731)	307	364	307	364
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	9.548	(7.708)	1.840	2.353	1.840	2.353
Outras Imobilizações	2.074	(1.486)	588	628	588	628
Imobilizado em Andamento	360	-	360	387	360	387
TOTAL	174.217	(55.367)	118.850	120.493	120.899	122.542

13.1. Movimentação do custo corrigido – Controladora

	2016	Adições	Baixas	Transferências	2017
Terrenos	52.005	-	-	2.022	54.027
Imóveis	32.380	23	-	633	33.036
Máquinas de Grande Porte	74.222	52	(434)	294	74.134
Veículos	1.001	-	-	37	1.038
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	9.453	101	(81)	75	9.548
Outras Imobilizações	1.948	175	(49)	-	2.074
Imobilizado em Andamento	387	362	-	(389)	360
TOTAL	171.396	713	(564)	2.672	174.217

13.2. Movimentação da depreciação acumulada – Controladora

	2016	Adições	Baixas	Transferências	2017
Imóveis	(811)	(770)	-	-	(1.581)
Máquinas de Grande Porte	(41.035)	(3.259)	433	-	(43.861)
Veículos	(637)	(77)	-	(18)	(731)
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	(7.100)	(665)	79	(21)	(7.708)
Outras Imobilizações	(1.320)	(212)	46	-	(1.486)
TOTAL	(50.903)	(4.983)	558	(39)	(55.367)

14. INTANGÍVEL

a) Controladora e Consolidado

	2017			2016
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de Uso	1.749	(1.046)	703	527
Software em Andamento	1.777	-	1.777	1.763
TOTAL	3.526	(1.046)	2.480	2.290

14.1. Movimentação do custo corrigido – Controladora e Consolidado

	2016	Adições	Baixas	2017
Direitos de Uso	1.537	275	(63)	1.749
Software em Andamento	1.763	23	(9)	1.777
TOTAL	3.300	298	(72)	3.526

14.2. Movimentação da amortização acumulada – Controladora e Consolidado

	2016	Adições	Baixas	2017
Direitos de Uso	(1.010)	(99)	63	(1.046)
TOTAL	(1.010)	(99)	63	(1.046)

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Salários	877	599	879	601
Provisão para férias	2.467	2.071	2.474	2.077
INSS e CPRB	8.552	17.973	8.554	17.975
INSS (em compensação MP 470)	8.265	7.864	8.265	7.864
FGTS	402	284	402	284
FGTS parcelado	173	423	173	423
Salário educação - FNDE	285	2.329	285	2.329
SESI	171	1.397	171	1.397
SEBRAE	68	559	68	559
SENAI	252	1.123	252	1.123
Parcelamento - Leis 11.941/09	1.838	3.441	1.838	3.441
Outros	37	26	37	26
TOTAL	23.387	38.089	23.398	38.099

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ICMS	243	184	243	184
ICMS parcelamento	701	1.632	701	1.632
ICMS - PRODEC	33.493	31.799	33.493	31.799
IPTU	8.844	7.141	8.844	7.141
ISS retido	11	9	11	9
IRRF	1.035	2.673	1.035	2.673
PIS/COFINS (comp. MP 470)	7.287	6.932	7.289	6.935
PIS/COFINS/CSLL retidos	8	7	8	7
IRPJ/CSLL	-	1	-	1
Parcelamento - Lei 13.496/17	10.662	-	10.662	-
Parcelamento - Lei 11.941/09	773	4.189	773	4.189
TOTAL	63.057	54.567	63.059	54.570

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – Controladora e Consolidado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina	17.591	16.384
Financiamento vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.	17.591	16.384
Banco Daycoval	6.954	7.572
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,55%am	6.954	7.572
Banco Sofisa	6.000	6.000
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,55%am	6.000	6.000
REDASSET FIDIC	1.355	-
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,45%am	1.355	-
Banco Safra	1.639	2.966
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,49%am	1.639	2.966
Sicoob	792	306
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,50%am	792	306
PLATA FIDIC	848	-
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,45%am	848	-
Welowo C.V.	-	250.267
Crédito cedido com diversas taxas de juros pactuados	-	250.267
Saldo negativo em contas correntes bancárias	254	129
TOTAL	35.433	283.624

Legendas: CDI – Certificado Depósito Interbancário
Ver nota explicativa 20.

18. DEBÊNTURES

Em 30 de setembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirográfica, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 40.000 mil.

Em 30 de novembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a oferta das debêntures em nada seria afetada caso estas não fossem subscritas e integralizadas na sua totalidade. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição.

Em 15 de dezembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a manutenção da oferta estaria condicionada à subscrição e integralização, dentro do período legal de distribuição, de no mínimo 12.000 (doze mil) debêntures, equivalentes ao montante de R\$ 12.000 mil, considerado o valor nominal unitário na data da emissão. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição. Em 28 de dezembro de 2004 a Comissão de Valores Imobiliários – CVM concedeu o registro da operação.

As características das debêntures são:

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00;

Vencimento final: 1º de setembro de 2010;

Atualização do valor nominal: base no IGP-M;

Pagamento do valor nominal: ocorrerá em cinco parcelas anuais conforme segue:

Parcela 1 - 1º de setembro de 2006 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 2 - 1º de setembro de 2007 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 3 - 1º de setembro de 2008 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 4 - 1º de setembro de 2009 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 5 - 1º de setembro de 2010 20% em relação ao total da emissão.

Pagamento da remuneração: semestralmente, a partir de 1º de março de 2005

Remuneração: 0,8355 % ao mês.

A remuneração das debêntures foi paga até o mês de junho de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas.

Foram negociadas 8.303 debêntures, as quais estão registradas nesta data pelo montante de R\$ 37.461 mil (31/12/2016 – R\$ 18.238 mil).

A atualização está sendo calculada de acordo com a sentença em sede de Embargos à Execução, aplicando-se juros mensais de 1% correção monetária pelo IGP-M, procedimento este ajustado no decorrer do exercício. Até 2016, utilizou-se 0,5% como taxa de juros mensais.

19. PROVISÕES FISCAIS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e suas custas. O valor considerado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 103.717 mil (31/12/2016 – R\$ 113.857 mil).

19.1. Perda possível

Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões financeiras, pois, estas não se constituem em perdas prováveis e estão assim distribuídas:

	2017	2016
Tributárias	31.944	31.944
Trabalhistas	1.897	1.509
Cíveis	211	299
TOTAL	35.052	33.752

- a) **Tributárias:** decorre de glosa de créditos tomados pela Companhia, e de encargos sobre estes créditos.
- b) **Trabalhistas:** decorre de reclamações de ex-funcionários reivindicando horas extras e demais verbas trabalhistas, supostamente pagas a menor pela Companhia.
- c) **Cíveis:** decorre de pleitos de clientes pleiteando danos morais por supostos protestos indevidos e indenizações por entrega de mercadorias em desacordo com o pedido.

20. OBRIGAÇÕES COM PESSOAS LIGADAS – Controladora e Consolidado

Estão registrados no balanço patrimonial, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais:

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
Pessoas Físicas	2.412	2.009		
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,5%am	2.412	2.009		
D&D Administradora de Bens Ltda.	2.808		109.400	21.454
Crédito cedido por diversos credores originais, corrigidos pelo INPC. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel. Vencimento final 31/12/2037	2.808		109.400	21.454
TOTAL	5.220	2.009	109.400	21.454

No mês de abril a D&D Administradora de Bens Ltda. comunicou à Companhia que os créditos por ela adquiridos de terceiros e posteriormente cedidos, voltaram a ser de sua propriedade, e no mês de agosto concluiu-se a renegociação destes créditos.

Pelo acordo formalizado, as partes ajustaram uma redução no montante dos Créditos para um valor atual de R\$ 111.827.753,48, representando uma diminuição de passivos registrados pela Companhia no montante de R\$ 194.020.201,34, ou seja, 63%. O pagamento dos Créditos pela Companhia se dará da seguinte forma: (a) 50% do referido valor em 240 parcelas mensais e iguais, corrigidas pelo INPC, vencendo a primeira no dia 31 de janeiro de 2018; e, (b) os 50% restantes do valor em parcela única, corrigida pelo INPC, com vencimento ao final do pagamento das 240 parcelas citadas na letra anterior. As partes pactuaram que o adimplemento regular das 240 parcelas citadas na letra “a” acima implicará na dispensa de pagamento da parcela citada na letra “b” pela Companhia.

21. PASSIVO A DESCOBERTO

a) Capital social

O capital social de R\$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), é dividido em 4.259.280 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta) ações, sendo 1.456.603 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e três) ordinárias e 2.802.677 (dois milhões, oitocentos e dois mil, seiscentos e setenta e sete) preferenciais, sem valor nominal.

b) Reserva de Incentivos fiscais

Reserva constituída no montante de R\$ 9.983 mil, com os benefícios fiscais decorrentes do Crédito Presumido de ICMS, do período 2012. Os ganhos oriundos deste benefício têm destinação específica de utilização.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS				
Vendas mercado interno	112.999	115.629	112.999	115.629
Vendas mercado externo	975	2.487	975	2.487
Serviços mercado interno	626	628	926	898
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	114.600	118.744	114.900	119.014
Deduções da receita bruta	(29.914)	(32.830)	(29.951)	(32.863)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	84.686	85.914	84.949	86.151

23. CUSTOS, DESPESAS E RESULTADO FINANCEIRO POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

a) Custos e despesas - Controladora

	2017	2016
Pessoal (salários, benefícios e encargos)	27.264	27.121
Matérias primas e embalagens	17.105	17.737
Energia elétrica	8.963	9.060
Gastos gerais de fabricação	8.234	8.747
Comissões representantes	3.525	3.395
Fretes	1.108	990
Serviços de terceiros	5.026	5.130
Propaganda e promoção de vendas	546	424
Depreciação e amortizações	5.082	5.222
Outros custos e despesas	4.137	5.287
Total	80.990	83.113
Classificados como:		
Custo dos produtos/serviços	59.967	61.063
Despesas com vendas	11.266	11.445
Gerais e administrativas	9.738	10.093
Outras despesas operacionais	19	512
	80.990	83.113

b) Resultado financeiro - Controladora

	Controladora	
	2017	2016
Receitas financeiras		
Juros recebidos	114	222
Variação cambial ativa	457	1.598
Outras receitas	5	17
Total da receita financeira	576	1.837
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos	(42.509)	(63.888)
Encargos sobre debêntures	(19.223)	(109)

Encargos sobre tributos	(9.625)	(20.073)
Encargos sobre demais contas	(2.711)	(2.563)
Variação cambial passiva	(315)	(931)
Outras despesas financeiras	(135)	(209)
Total da despesa financeira	(74.518)	(87.773)
Resultado financeiro líquido	(73.942)	(85.936)

24. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva. No ano de 2017 as despesas com os administradores (Controladora e Consolidado) totalizaram R\$ 1.818 mil (2016 – R\$ 1.720 mil).

25. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

Resultado do exercício atribuído aos acionistas da companhia	2017	2016
Lucro (Prejuízo) - acionistas preferenciais	63.653	(55.754)
Lucro (Prejuízo) - acionistas ordinários	33.064	(28.976)
TOTAL	96.717	(84.730)
Quantidade de ações preferenciais emitidas	2.803	2.803
Quantidade de ações ordinárias emitidas	1.456	1.457
TOTAL	4.259	4.259
Resultado básico e diluído por ação		
Ação preferencial	22,709	(19,893)
Ação ordinária	22,709	(19,893)

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita

por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2017 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a estimativa de perda com clientes, para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito.

- **Exposição a riscos de créditos – Consolidado**

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	88	338
Contas a receber de clientes	19.110	17.211
Contas a receber não circulante	-	2.613
Outras contas a receber	1.171	3.498
TOTAL	20.369	23.660

A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de constituição de perdas para as contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição de estimativa de perda com clientes foi registrada na rubrica de despesas “Com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica “Estimativa de perdas em clientes” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

- **Garantias**

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

- **Risco de taxa de juros – Consolidado**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. A Companhia possui os seguintes instrumentos de taxa variável:

	2017	2016
Empréstimos e Financiamentos	35.433	283.624
Obrigações com Pessoas Ligadas	112.208	21.454
TOTAL	147.641	305.078

- **Risco de mercado**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do algodão e dos fios de algodão e fibra adquiridos de terceiros. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria prima.

- **Risco de liquidez**

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

- **Risco de taxa de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

- **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos,

como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

ii) Instrumentos financeiros – valor justo consolidado

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores financeiros apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2017		2016	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	88	88	338	338
Clientes e Outras Contas a Receber	20.281	20.281	23.322	23.322
Empréstimos e Financiamento	(35.433)	(35.433)	(283.624)	(283.624)
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	(10.408)	(10.408)	(9.570)	(9.570)
Obrigações com Pessoas Ligadas	(112.208)	(112.208)	(21.454)	(21.454)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• Contas a receber de clientes e outras, fornecedores e outras contas e encargos a pagar:

Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

• Empréstimos, financiamentos e obrigações com pessoas ligadas:

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores financeiros, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

27. EQUACIONAMENTO FINANCEIRO

No ano de 2017 a Companhia deu dois importantes passos no árdua caminho do seu equacionamento financeiro.

O primeiro deles foi a negociação da sua maior dívida, conforme descrito na Nota Explicativa nº 20.

O segundo foi adesão ao PERT, conforme detalhes descritos na Nota Explicativa nº 28.

Os demais débitos ainda estão em negociação e a Companhia continua, como é habitual, em busca de negociações que possibilitem seu equacionamento, dentro das suas reduzidas possibilidades de caixa.

28. ADESÃO AO PERT

No mês de agosto deste ano a Companhia aderiu ao PERT conforme a Lei nº 13.496/17.

Foram incluídos débitos Previdenciários e Não Previdenciários, tanto no âmbito da Secretaria da Receita Federal - RFB como da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Tipos de Tributos	Valor antes adesão	Estorno de descontos de parcelamentos anteriores	Valor Adesão
Demais Débitos RFB	84.789	23.501	61.288
Débitos Previdenciários RFB	30.655	7.709	22.946
Demais Débitos PGFN	2.911	-	2.911
Débitos Previdenciários PGFN	17.031	-	17.031
Total	135.386	31.210	104.176

Tipos de Tributos	Quitação				
	Pagamento em espécie		Descontos multas/juros/honorários	Compensação BNCSLL/PF	Parcelamento 145 vezes
	2017	2018/2019			
Demais Débitos RFB	4.422	11.436	-	45.430	-
Débitos Previdenciários RFB	1.704	3.803	-	17.439	-
Demais Débitos PGFN	1.46	-	1.132	1.633	-
Débitos Previdenciários PGFN	3.406	-	4.793	-	8.832
Total	9.678	15.239	5.925	64.502	8.832

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com o encerramento das Demonstrações Financeiras e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Brusque, 21 de março de 2018.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA

Presidente

HEITOR RODOLFO DE SOUZA

Conselheiro

JAIR PACHECO

Conselheiro

DIRETORIA:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA

Presidente

MARCIO LUIZ BERTOLDI

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTADORA:

MARTA CASTELLI

CRC SC 023.517/O-3